

programação financeira 2014-2020, mesmo podendo carecer de alguns ajustes pontuais, encontram-se, de um modo geral, dotadas de bastante coerência interna, apresentando-se como espaços de continuidade e não apenas como meras regiões político-administrativas. Em cada futura sub-região administrativa foi possível identificar um subsistema urbano estruturante do território, que vem potenciar a visão estratégica do PROT-Centro para a região Centro como um sistema urbano policêntrico, onde as cidades médias e os pequenos centros urbanos proporcionam uma oferta de emprego e uma qualidade de vida claramente diferenciadoras, constituindo um território alternativo às aglomerações metropolitanas de Lisboa e do Porto (CCDR, 2007).

BIBLIOGRAFIA

CCDR (2007), Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro, Coimbra, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

IMTT (2011), Mobilidade em Cidades Médias, Lisboa, Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres.

INE (2012), Censos 2011 Resultados Definitivos, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

INE (2003), Movimentos pendulares e organização do território metropolitano: área metropolitana de Lisboa e área metropolitana do Porto 1991-2001, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

[1151] REDES DE ENSINO SUPERIOR E SOCIEDADE CIVIL MEDITERRÂNICA

UNIVERSITY NETWORKS AND MEDITERRANEAN CIVIL SOCIETY

Conceição Rego¹, Saudade Baltazar², António Caleiro³

(mcpr@uevora.pt), CEFAGE - UE e Departamento de Economia da Universidade de Évora, Portugal

(baltazar@uevora.pt), CESNOVA - FCSH / UNL e Departamento de Sociologia da

Universidade de Évora, Portugal

(caleiro@uevora.pt), Departamento de Economia e CEFAGE – UE, Universidade de Évora Portugal

RESUMO

O nível de educação que caracteriza a população de um determinado país está intrinsecamente ligado ao seu nível de desenvolvimento económico e social, de tal forma que existem correlações positivas geralmente significativas entre esses fatores. Alcançar maiores níveis de desenvolvimento dos países e regiões tem exigido a capacidade das estruturas económicas e sociais se tornarem mais competitivas e mais coesas. Os objectivos europeus associados à coesão tornaram-se mais relevantes ao nível do Tratado da União Europeia, assinado em 1992. Mais recentemente, em 2008 e 2009, o debate em torno da questão da coesão foi relançado com a discussão pública acerca do Livro Verde sobre a Coesão Territorial (Comissão Europeia, 2008). Este documento chama a atenção para a perspectiva de coesão territorial e social. De salientar também que a política da UE para os países do Mediterrâneo corresponde ao chamado Processo de Barcelona ou parceria Euro-Mediterrânica. Destina-se a reforçar as relações entre a UE e os países parceiros favorecendo, ao mesmo tempo, o fortalecimento das relações entre os próprios países mediterrânicos. A Política Europeia de Vizinhança (PEV), lançada em 2003, no contexto do alargamento da União Europeia, foi concebida como um novo quadro para as relações entre a Comunidade e os países vizinhos do Leste, com base em compromissos mútuos já existentes, mas permitindo um grau de integração económica e um relacionamento político mais profundo. A PEV pretende suportar as formas de vizinhanças com base na parceria e na comunhão de valores políticos e económicos. Neste processo, não se pode negligenciar o papel das Instituições de Ensino Superior (IES) na construção de um ambiente mais propício para melhorar o desenvolvimento e coesão nos países e regiões. Na realidade, a região euro-mediterrânica caracteriza-se por muitos exemplos em que a sua capacidade de estabelecer ligações para buscar formas de ação que não se limitam a uma dimensão local ou nacional. Neste trabalho, pretende-se atingir os seguintes objetivos: i) verificar como as IES compõem redes universitárias destinadas a facilitar a mobilidade e o intercâmbio de pessoas e recursos culturais, com o objetivo final de promover a pesquisa interdisciplinar e o ensino universitário; ii) verificar a existência de alguma evidência sobre os efeitos dessas redes das sociedades civis do Mediterrâneo na promoção da equidade, a coesão social e da cidadania ativa.

Palavras-chave: Coesão Social; Educação Superior; Políticas europeias para a região euromediterrânica, Redes Mediterrânicas de Universidades; Sociedade civil.

ABSTRACT

The education level that characterizes *the population of a certain country is intrinsically linked to its level of economic and social development*, such that there are generally significant positive correlations between these factors. Achieving higher levels of development in countries and regions has required the capacity of economic and social structures to become more competitive and more cohesive. The European objectives associated with cohesion became more relevant in the statements of the Treaty on European Union signed in 1992. More recently, in 2008 and 2009, the debate around the issue of cohesion was relaunched with the public discussion of the Green Paper on Territorial Cohesion (European Commission, 2008). This document draws attention to the prospect of territorial and social cohesion. In addition, the EU policy towards Mediterranean countries matches the so-called Barcelona Process or Euro-Mediterranean partnership. It is intended to strengthen relations between the EU and partner countries favouring, at the same time, the strengthening of relationships between the Mediterranean countries themselves. The European Neighbourhood Policy (ENP), launched in 2003 in the context of the European Union enlargement, was conceived as a new framework for relations between the Community and eastern neighbors, based on mutual commitments already in place, but allowing a degree of economic integration and a deeper political relationship. The ENP seeks to support the political and economic reforms of neighboring countries on the basis of partnership and building on shared values. In this process, one cannot neglect the role of Higher Education Institutions (HEIs) in building an environment more conducive to improve the development and cohesion in the countries and regions. As a matter of fact, the Euro-Mediterranean area has many examples where their ability in developing connections to pursue forms of action that are not limited to a local or national dimension. In this paper, we intend to achieve the following objectives: i) check out how the HEIs make up university networks aimed at facilitating the mobility and exchange of people and cultural resources with the ultimate goal of promoting interdisciplinary research and teaching university; ii) seek to verify the existence of some evidence regarding the effects of these networks of Mediterranean civil societies in the promotion of equity, social cohesion and active citizenship.

Key words: *Civil Society, European policies for the Euro-Mediterranean area, Higher Education; Mediterranean Networks of Universities; Social Cohesion.*

1. INTRODUÇÃO

A construção de uma zona integrada, como é a União Europeia, com níveis elevados de desenvolvimento e coesão implica a consideração de múltiplos factores internos à região como também atenção aos factores exógenos. Neste estudo, que nos propomos desenvolver, as nossas intenções vão incidir sobre a região da fronteira mediterrânica da União Europeia e os países africanos da outra margem. Os países do sul da Europa, vizinhos do mediterrâneo, são dos mais pobres da rica União Europeia. Eles fazem fronteira com um conjunto de países africanos, de características sociais, económicas e políticas distintas, mas todos eles com níveis de desenvolvimento e qualidade de vida muito inferiores aos do norte do mediterrâneo.

O relacionamento entre as duas margens do Mediterrâneo tem sido uma constante, mas também tem sido caracterizado por um interdependência assimétrica, cujas desigualdades são manifestas tanto no plano social como económico, político ou de segurança. O desequilíbrio sócio-económico no Mediterrâneo é uma permanente fonte de tensão regional, através, por exemplo, da pressão migratória na Europa Ocidental. Esta tensão naturalmente que está associada à instabilidade política interna, exclusão social e desigual distribuição da riqueza nos países africanos.

Consideramos, como pressuposto de partida para este estudo, que as IES são entidades privilegiadas na promoção da cooperação e dos mecanismos de fortalecimento das relações económicas e sociais entre os países em questão, aumentando assim os níveis de segurança na região.

Como sabemos, o nível de educação que caracteriza a população de um determinado país está intrinsecamente ligado ao seu nível de desenvolvimento económico e social, de tal forma que existem correlações positivas geralmente significativas entre esses fatores. Alcançar maiores níveis de desenvolvimento dos países e regiões tem exigido a capacidade das estruturas económicas e sociais se tornarem mais competitivas e mais coesas. A melhoria dos padrões de desenvolvimento, também está correlacionada com o aumento dos níveis de cooperação entre Estados limítrofes, a melhoria da